



ATA DA 97ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

12 de dezembro de 2014 – 9h

Expediente:

- I. Aprovação da ATA da 43ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 14 de novembro de 2014;
- II. Sugestões de Temas para Aplicação dos Recursos do FEMA - 2015 (segue copia da Resolução 165/CADES/2014 de 11 de fevereiro de 2014);
- III. Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias do CONFEMA 2015;
- IV. Prorrogação de prazo de Recebimento e Projetos do Edital FEMA nº 11/2014, até o dia 15/01/2015;
- V. **Sugestão de Inclusão de Pauta**

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Cemucam (PA nº 2011-0.264.557-1) - Valor Total: R\$ 280.776,42;
- II. Reequilíbrio econômico financeiro do contrato de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada do Parque do Carmo; (PA nº 2013-0.357.059-5) – Valor Total R\$ 321.028,56
- III. Apreciação e Deliberação sobre prorrogação Contratual dos serviços de Manejo e Conservação do Parque Ibirapuera (PA nº 2010-0.316.024-3) – Valor Total R\$ 1.053.212,96.

Anexos:

- Parecer Técnico – processo nº. 2011-0.264.557-1 – Prorrogação Contratual de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Cemucam;
- Parecer Técnico – processo nº. 2013-0.357.059-5 – Reequilíbrio Econômico de vigilância e segurança patrimonial desarmada do Parque do Carmo;
- Parecer Técnico – processo nº. 2010-0.316.024-3 - Prorrogação Contratual de serviços de Manejo e Conservação do Parque Ibirapuera.



Secretário Executivo Rubens Borges: Então estamos abrindo a 97ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, de 12/12/2014, às 9h19. Eu tenho aqui na nossa pauta, o expediente e a ordem do dia. Então, no nosso expediente, nós temos a aprovação da ata da 43ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA, de 14 de novembro de 2014, que vocês receberam antecipadamente, por e-mail. Então eu gostaria de colocar em votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação do texto da ata permaneçam como estão. Então a ata está aprovada. No segundo ponto de expediente, é sugestão de temas para aplicação de recursos do FEMA para 2015. Eu sugiro que nós deixemos esse ponto mais para frente, porque ele vai demandar algumas discussões, então a gente antecipa a ordem do dia, e depois volta ao expediente. O item 3 do expediente é a aprovação do calendário de reuniões ordinárias do CONFEMA para 2015, que também os Conselheiros receberam antecipadamente o calendário. As reuniões são agendadas para toda última sexta-feira do mês, conforme já é rotina deste Conselho. E eu coloco em votação se os Conselheiros aprovam o calendário para 2015. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação do calendário conforme proposto, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Com a ressalva de que não foram estipuladas datas para as reuniões extraordinárias. Porque esse ano, nós fizemos isso. Colocamos datas fixas para as extraordinárias, e em alguns meses, nós não conseguimos cumprir, por uma série de problemas, de eventuais feriados, Copa do Mundo. Nós tivemos vários problemas durante o ano. Então como são extraordinárias, a gente marca na medida da necessidade. E outro ponto de pauta do expediente aqui, nós aprovamos recentemente o edital FEMA número 11, que é voltado para ações de educação ambiental, porém, o prazo de entrega dos projetos estava marcado para 31/12. O prazo limite de entrega. Foi decretado ponto facultativo no dia 31/12, então não haverá expediente. E eventualmente, pode ter algum projeto que chegue nessa data, e não tendo ninguém para receber, nós deixaríamos de cumprir o edital. Então a proposta é de prorrogação do prazo de entrega de projetos até 15/1/2015, pelo menos. Essa é a proposta. E fica aberta à discussão, ou sugestões dos Conselheiros para essa prorrogação. Então pergunto se a Conselheira Cristina gostaria de se manifestar. Mais algum Conselheiro se inscreve? Não? Então, por favor.

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Cristina Antunes, SAJAP. Já entrou algum projeto?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Não recebemos nenhum, por enquanto. É que as ONGs, precisam de um tempo para elaborar os projetos e fazer os estudos. Conhecer os parques. Então, isso leva um tempinho.

Cons. Cristina Antunes: Não. Eu achei que o prazo foi curtíssimo. Ainda mais para essa época do ano. Então o que eu pergunto é como é que a Secretaria pode fazer para avisar todas as ONGs de que não precisam sair correndo agora, em uma véspera de Natal, para apresentar. Porque como você diz, pode até ser que alguém corra e tente entregar no dia 31. Mas acho que era razoável, era justo avisar, dar algum jeito de avisar todo mundo.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Nós temos, como mecanismo de divulgação, a publicação no Diário Oficial. A gente tem o mailing das ONGs cadastradas aqui na Secretaria. Então a gente passa o e-mail para as ONGs, e a gente tem recebido ligações de organizações interessadas no edital, às vezes para tirar alguma dúvida. Então, sendo aprovada a prorrogação, a gente já informa também, que o prazo foi prorrogado.

Cons. Cristina Antunes: O Diário Oficial, óbvio, é o canal formal, mas não é a leitura de cabeceira de ninguém. Então, realmente, tem que ser por mailing, que seria um jeito mais confiável.

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente tem outras formas de divulgação. Então, coloco em votação a proposta de prorrogação de prazo de recebimento de projetos do edital FEMA 11, até o dia 15/1/2015. Os Conselheiros favoráveis à proposta de prorrogação permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade até dia 15/1. Bom, então vamos à ordem do dia. E a gente deixa a sugestão de temas para discussão posterior. Nós



temos a sugestão de inclusão de pauta para essa reunião. Alguém gostaria de incluir algum item? Conselheira Cristina, pois não.

Cons. Cristina Antunes: Eu tinha tido a informação de que hoje a Suzana da CET viria aqui para fazer uma prestação de contas, a gente conversar sobre isso. E como ela não vem, isso foi adiado para janeiro, Rubens, eu coloco como preocupação para discussão aqui, qual seria a postura desta Secretaria neste momento, para evitar que se continue a implantar ciclovias na forma desastrosa que está sendo feita. A gente já solicitou à CET que paralise, pare de fazer, enquanto não tiver projeto, enquanto não tiver clareza, e comunicação com a comunidade no entorno. E eu estava achando que, então hoje, a gente conseguiria fazer alguma coisa nesse sentido. Como então foi adiado para janeiro, eu não sei se cabe, Secretário, a gente solicitar, mesmo que não seja para o coletivo do Conselho, solicitar uma reunião com a CET para parar. Porque, realmente, tem que parar. Enquanto não tiver projeto, enquanto não tiver a comunicação com os moradores, não pode continuar esse descalabro. Estão fazendo e desfazendo com dinheiro público, inclusive dinheiro do FEMA. Hoje tem a notícia de que hoje tem a equipe da CET lá para mudar a faixa de um lado da rua para outro. Uma rua que não preenche os requisitos para receber uma ciclovia. Então a CET está muito atrapalhada com esse projeto todo. E está usando dinheiro público, e fazendo retrabalho, também errado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu não sei, Secretário, se o senhor concorda de fazer essa reunião. Porque não seria uma plenária do CONFEMA, porque hoje é a última plenária oficial do ano. E a próxima ocorrerá só dia 30 de janeiro. Então eu não sei se o senhor concorda em fazer essa reunião intermediária, e coloco também aos outros Conselheiros, porque essa é a manifestação de uma Conselheira, coloco também aos outros Conselheiros se concordam ou se preferem esperar o dia 30 de janeiro quando está marcado já, previamente, dessa prestação de contas, da CET.

Secretário Wanderley: Eu acho que a observação da Cristina é pertinente, mas tem aí um informe a dar a esse respeito. A semana retrasada, a gente já estreitou mais as relações aí com a CET, em relação a projeto. Então as nossas funcionárias aqui, tanto a Laura quanto a Ana Hoffman, elas vão estar, daqui para frente, mais engajadas, ou seja, não só atentas, mas participando de forma mais efetiva dos projetos, que foi até uma solicitação do próprio Secretário. Ele me pediu isso. Então eu achei interessante, porque têm alguns lugares, sim, que está tendo algum problema, Cristina. Mas isso também não é uma regra que está acontecendo na cidade de São Paulo. Um caso ou outro tem dado problema. Um caso ou outro. Me parece que a ciclovia é muito parecida com a questão da feira. Todos querem ter uma feira próximo da casa, mas jamais na minha porta. É isso. Tem isso também. Então eu acho que a questão da ciclovia tem um lugar ou outro, sim, que deu problema. Não é por falta de projeto. Eu acho que é por falta, mais, de você afinar o projeto com a implantação, a vistoria prévia. Eu acho que é esse afinamento aí, que a gente está começando a fazer agora. E eu espero que vá melhorar. O problema de se marcar a extraordinária, é o período que a gente está vivendo: janeiro. Eu não vou viajar, porque eu não tenho a menor condição de viajar, mas acredito que 80% dos Conselheiros, com certeza, têm algum compromisso familiar, enfim. Então, me parece que ficaria prejudicado. Se fosse outro mês, não teria problema. Mas eu acho, Cristina, que 30 dias está aí, já, também, para ter essa prestação de contas.

Cons. Cristina Antunes: Secretário, eu preciso relatar que nós temos tido reuniões frequentes com a equipe da Suzana. Eles têm sido extremamente receptivos, os técnicos têm sido extremamente receptivos. O problema de base é a falta de comunicação com a comunidade. De contato com a comunidade. Contato prévio com a comunidade. E o segundo problema mais grave é a execução. O trabalho, realmente, está sendo malfeito. Isso a gente tem conversado com os técnicos, de uma maneira muito franca, sabe? De parte a parte. Então tem sim, o reconhecimento de que o trabalho está malfeito. Tem sim o reconhecimento da falta de comunicação. E estão tentando sanear esse problema. Nós



solicitamos que eles suspendessem temporariamente, mas tem uma decisão política de fazer 200 km até daqui a dez dias. Então, os técnicos, na verdade, estão muitos pressionados para cumprir essa meta, que é do Secretário. O Secretário foi convidado a uma reunião, inclusive, na Câmara. Ele, infelizmente, não compareceu. Foi solicitação de vários vereadores. Porque todo mundo está vendo isso. Não são só os moradores. É óbvio que existe... o senhor tem toda razão. Existe essa postura também, de que eu não quero aqui. Quero para lá. Mas existe o contrário. Existem comerciantes que estão solicitando a ciclovia, porque já existe, também, uma avaliação. Já tem perspectiva para avaliar, que favorece determinados comércios, determinados serviços. Agora, a evidência de que está sendo malfeito ficou ainda mais clara com as chuvas. Porque o que está sendo feito... E nós ouvimos aqui, o Secretário dizer que estavam pedindo 200 mil reais por km da ciclovia, porque não é uma instalação simples, precisa refazer piso, precisa tirar interferências, tal. Eles não estão fazendo isso. Eles estão passando uma camada de asfalto por cima do piso já existente, que muitas vezes, é paralelepípedo. Estão criando... Já criaram a crônica da enchente anunciada. Fizeram isso em algumas ruas, e na primeira chuva, não foi nem das mais fortes, a água subiu para dentro das casas. Então eles estão criando problemas. Não é só o fato de passar uma ciclovia na frente de um imóvel. Eles estão criando uma enchente para esses imóveis. E aí, eles vão ter que refazer. E obviamente, eles não estão usando 200 mil reais por km quando passa lá, faz uma lambança de asfalto, com uma lambança de tinta por cima, e chega a pintar até carros que estavam dentro das casas. Respingar tinta até nos carros. Então tem o problema da execução, que é crítico. Está sendo muito malfeito. Não é exclusivamente o problema da rejeição ao equipamento. Porque eu acho que isso já diminuiu. E lá na nossa região, a gente tem discutido isso, muito. Muitos favoráveis à implantação da ciclovia. E a CET aceitou propostas. Nós fizemos esta semana, terça-feira, mais uma reunião com eles. Porque, pela primeira vez, eles nos pediram propostas. Proposta de trajeto, propostas de ser bidirecional, ou unidirecional. Então eles estão abertos para isso. Precisa ter um tempo para estudar essas propostas. Então hoje, por exemplo, que eles estão na primeira da nossa região, que foi um desastre logo de cara, eles estão tirando de um lado para botar do outro. Não é uma questão de tirar de um lado e botar do outro. É uma questão... porque eles já computaram aquela extensão de ciclovia nos 200 km que têm que fazer até o fim do ano. Então fica difícil para eles, no nível dos técnicos, isso tem que ser no nível de Secretaria... No nível dos técnicos, fica difícil eles imporem... mostrarem a necessidade de mudar o procedimento. Então por isso que eu insisto também... Eu concordo com o que o senhor está dizendo. É período de férias, eu mesma não vou estar aqui. Mas eu acho que isso deveria ser uma... Poderia ser uma discussão no nível de Secretários. Chamar a CET para discutir, e realmente, com uma abordagem política, de interesse político, porque a rejeição tem um efeito político negativo, dar um tempo para aprimorar os projetos. Não tem projeto. Eles estão descobrindo o projeto à medida que vão chegando nos bairros. Isso não sou eu que estou dizendo. A gente já desconfiava porque realmente estava acontecendo da noite para o dia. Mas isso, dito pelos técnicos. Não tem projeto.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bem, de qualquer forma, Cristina, eu acho difícil, realmente, a gente fazer essa reunião antes. A gente pode, como o Secretário falou, a Laura e a Ana Hoffman estão acompanhando o que já era uma demanda também, desse Conselho, que tivesse um acompanhamento mais próximo. E a gente pode, inclusive, trazê-las para a próxima reunião, a Laura e a Ana, até para prestar algum esclarecimento, ou de saber como é que está sendo feito esse acompanhamento. Mas, de qualquer forma, eu acho difícil a gente marcar essa reunião antes do dia 30. Então, eu pergunto aos Conselheiros novamente. A gente pode tentar, mas eu acho difícil, ou se a gente deixa para o dia 30 de janeiro, e eles vêm com mais elementos, e a gente traz os técnicos da Secretaria, que estão acompanhando também. E aí, eu acho que a gente coloca isso de uma forma bem clara para o Conselho. Então pergunto para os Conselheiros: mantém para



o dia 30 a apresentação da CET, com a Suzana... Vou deixar a pergunta assim: mantemos para o dia 30? Se todos estiverem de acordo, fica mantido. Senão, a gente tenta essa reunião com a CET. Mas aí também, eu não sei se a gente consegue trazer os Conselheiros todos para a reunião. Então eu pergunto se mantém. Aqueles que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Então fica mantido para o dia 30 de janeiro. Bom, então, passamos à ordem do dia. O primeiro ponto da ordem do dia é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviço de manejo e conservação de parques do grupo Cemucam. O processo é o 2011.0.264.557-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor da prorrogação é R\$ 280.776,42, sendo R\$ 254.333,27 para o período de um mês, e R\$ 26.433,16 referente a reajuste. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação por mais um mês do contrato de serviço de manejo, manutenção e conservação do grupo de parques Cemucam, composto pelos parques Cemucam, Alfredo Volpi, Luiz Carlos Prestes, Parque Previdência, Parque Raposo Tavares, cujo objeto inclui serviço de limpeza externa e conservação de áreas verdes, zeladoria de sanitários, serviços de coleta e destinação de lixo, limpeza de fossa séptica, conforme folhas 83 a 88. Em folhas 1315 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato por mais um mês, a contar de 30/12/2014, mantendo-se as condições de cláusulas contratuais. Em folha 1327 foi juntada a informação do Departamento de Administração e Finanças, DAF, para apreciação quanto à possibilidade de utilização de recursos do FEMA para custeio da prorrogação. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município. Análise econômica e orçamentária da proposta: em folha 1324 consta planilha com análise econômica, que demonstra que há vantagem para a municipalidade, na prorrogação. Em folha 1326, DAF junta o demonstrativo de saldo disponível por órgão/unidade, que demonstra que há recursos em dotação própria da SVMA, 2710, no montante de R\$ 611.822,43. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município que segue juntada ao processo, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de Parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Enquadramento: consta no processo, a manifestação da Procuradoria Geral do Município, folhas 1229 a 1239, com parecer favorável à utilização de recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, FEMA, para a manutenção da qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável, uma vez que as áreas verdes são elementos integradores de urbanização do município, e que os parques integram as áreas verdes de proteção integral. Com base em parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, e que determina explicitamente, que os recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria, e ou recuperação da qualidade ambiental. O CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14887 de 2009, artigo 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153 de 28/2/2011, estabeleceu, por meio da resolução 65Cades/2014, entre as diretrizes para utilização de recursos do FEMA, a expansão, manejo e conservação de áreas verdes, e unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 280.776,42, sendo R\$ 254.333,27 para o período de um mês, e R\$ 26.433,16 referentes a reajuste, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação



proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV, não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 13 de dezembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Algum comentário? Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Eu vou falar só nesse primeiro. A minha posição continua sendo a mesma. Eu entendo que esse daqui deveria ser custeado por despesas de orçamento. E para informar diretamente ao Secretário, já informei isso em outra reunião, a gente procurou o Ministério Público para ter uma orientação sobre isso. Eles acolheram a nossa inquietação. E isso foi encaminhado para a Promotoria de Patrimônio. E nesse momento, a informação que eu tive ontem, é que está com o doutor Roberto Antônio de Almeida, que está enviando para a Secretaria, um pedido de esclarecimentos. A gente tem o parecer do jurídico dessa Secretaria, e do Tribunal de Contas, que se colocaram contrários ao uso da verba do FEMA para esse fim.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis e o voto contrário da Conselheira Cristina. O segundo ponto da ordem do dia é a apreciação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de serviço de vigilância e segurança patrimonial desarmada do Parque do Carmo. Processo é o 2013.0.357.059-5. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 321.028,56. Trata a presente proposta de solicitação de reequilíbrio econômico do contrato de vigilância e segurança desarmada do Parque do Carmo, registrado sob número 15/SVMA/2010. A solicitação teve origem em carta anexada sob folhas 152 e 153, baseada na lei 12.740 de 2012, que institui o pagamento de 30%, relativo ao adicional de periculosidade. Em folhas 170 e 171, consta despacho do Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, deferindo o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro. Análise econômica e orçamentária: DAF G junta, em folha 174, cálculo relativo ao reequilíbrio e que implica no montante de R\$ 321.028,56, relativo ao período compreendido entre janeiro a outubro de 2014. E solicita, em folha 175, a deliberação do CONFEMA, para utilização de recursos do FEMA para o cumprimento da obrigação. Enquadramento: consta no processo, manifestação da Procuradoria Geral do Município, de folhas 176 a 188, com parecer favorável à utilização de recursos do FEMA, para a contratação de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos, uma vez que as áreas verdes são elementos integradores da urbanização do município, e que os parques integram as áreas verde de proteção integral. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA, e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a SVMA e que determina explicitamente que os recursos do FEMA destinam-se principalmente a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. O CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14.887, de 2009, e artigos 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153, de 28/2/2011, estabeleceu entre as diretrizes para utilização de recursos do FEMA, proteção à biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes, e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 321.028,56, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 4 de dezembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis e o voto contrário da Conselheira Cristina. Terceiro ponto de pauta é apreciação



e deliberação sobre prorrogação contratual de serviços de manejo e conservação do Parque Ibirapuera. Processo 2010.0.316.024-3. Proponente é a SVMA-DEPAVE, valor total: R\$ 1.053.212,96, sendo R\$ 702.141,98 para o principal, e R\$ 351.070,99 para reajuste. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação por mais 45 dias, a partir de 26/12/2014, do contrato de serviços de manejo, manutenção e conservação do Parque do Ibirapuera, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação, manutenção de gramados e áreas ajardinadas, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, limpeza e higiene de sanitários públicos, manutenção preventiva e corretiva básica das edificações e instalação sob responsabilidade da Administração do Parque do Ibirapuera, com vencimento previsto para 25/12/2014. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF, sob folha 1241, com relação à necessidade de realização de manutenção e preservação das áreas verdes do município. Sendo assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, no montante de R\$ 1.053.212,96, sendo R\$ 702.141,98 para o principal, e R\$ 351.070,99 para reajuste, na dotação de despesas correntes para a prorrogação do presente contrato, por um período de 45 dias, a contar de 26/12/2014. DAF G informa ainda, em folha 1241, que há saldo na dotação orçamentária para operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, de R\$ 933.477,10, em 28/11/2014. Em folha 1238 do processo, a contratada se manifesta favorável pela prorrogação do contrato, por 45 dias, e sob folha 1239, foi juntada a manifestação da unidade fiscalizadora do contrato, que atesta a necessidade da prorrogação, tendo em vista as dimensões do referido parque, e a quantidade de instalações no mesmo. O enquadramento se repete aos outros. Então vamos à conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela PGM, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.053.212,96, sendo R\$ 702.141,98 para o principal, e R \$351.070,99 para o reajuste, visando prorrogação contratual por 45 dias, a contar de 26/12, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência, e recomenda que, por ocasião do orçamento de 2015, as despesas ocorram preferencialmente pela dotação da SVMA. São Paulo, 2 de dezembro de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis, um voto contrário. A proposta foi aprovada. Bom, encerramos então, assim, a ordem do dia. Voltamos então, ao expediente, o item 2, que é a sugestão de temas para aplicação de recursos do FEMA 2015. Como é do conhecimento desse Conselho, o CADES, que é o Conselho Municipal do Meio Ambiente, ele estabelece anualmente, as diretrizes para aplicação dos recursos do FEMA. Em geral, esse Conselho já apresenta uma proposta de itens, ou de assuntos que podem ser apoiados pelo FEMA, e o CADES discute essa proposta, esses itens, incluindo ou excluindo alguns itens, e essa decisão do CADES é o que vai direcionar a canalização de recursos do FEMA para o exercício de 2015. Então hoje a gente discute, com base no que nós já temos, que é a resolução de 2014, e na última reunião, o então Secretário que estava substituindo o Secretário Wanderley, o Ricardo Brandão, solicitou que os Conselheiros trouxessem propostas, se fosse o caso, para acrescentar a essa resolução. Nós encaminhamos por e-mail a resolução 165 do CADES de 2014 para vocês, vou projetá-la aqui na tela. E aí a gente dá uma repassada nos itens, e aí, a gente vê quais são as inclusões ou proposta de



exclusão, se for o caso. Então a resolução do CADES que dispõe sobre as diretrizes de aplicação de recursos do FEMA tem o seguinte texto: o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CADES, usando das atribuições de competência que lhe são conferidas por lei, resolve aprovar durante a 156ª reunião plenária ordinária, os temas abaixo relacionados, como diretriz anual, para utilização de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, FEMA, para 2014, nos termos do artigo 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153 de 28/2/2011. E estão elencados os seguintes itens: proteção à biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes e parques urbanos e lineares e naturais. Proteção a recursos hídricos, melhoria da qualidade do ar, mudanças climáticas, ecoeconomia, expansão, manejo e conservação de áreas verdes, unidades de conservação, e parques urbanos, lineares e naturais, fortalecimento do sistema de fiscalização e controle da SVMA, Secretaria Municipal de Segurança Urbana, educação ambiental, cultura de paz e mediação de conflitos socioambientais, apoio ao uso de energia renovável no sistema de transporte coletivo, edificações e demais sistemas urbanos, apoio ao uso de modalidades não-motorizadas de transporte, apoio à política de implantação de ecopontos, de reciclagem, reutilização, e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo, apoio a estudos e intervenções de minimização de gases de efeito-estufa na cidade de São Paulo, apoio à política de incentivo a sistemas produtivos de menor impacto ambiental, apoio a políticas habitacionais necessárias à implantação de áreas verdes, e proteção a áreas de relevância ambiental, apoio ao uso de modalidade alternativa de transporte sustentável, apoio à política de incentivos e serviços ambientais, incluindo estudos, inventários, diagnósticos, e projetos de adequação ambiental de propriedades urbanas e rurais, apoio à criação e implementação de reservas particulares de patrimônio natural, RPPNs, apoio à implantação do sistema de informações para ampliar a divulgação dos resultados da rede de monitoramento, de precipitações meteorológicas, incluindo inventários e diagnósticos necessários, e apoio a estudos e projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao adensamento construtivo, impermeabilização do solo, e a consequente produção de ilhas de calor urbana no município de São Paulo. Então essas foram as diretrizes estabelecidas pelo CADES para 2014. E eu abro a palavra aos Conselheiros para discutir essas diretrizes, e eventualmente, fazer alguma alteração na proposta de resolução. Então está aberta a palavra.

Secretário Wanderley: Rubens, vou só fazer uma introduçãozinha rápida. Eu sempre me utilizo desse fórum para fazer alguns informes importantes. Eu não sei se eu já me coloquei aqui, a respeito do Congresso, mas nós vamos ter o Congresso Brasileiro de Arborização Urbana na cidade de São Paulo. Será o 4º Congresso. Vai ser nos últimos 10 dias do mês de setembro. Mas essa data, ainda, mais precisa, a gente vai passar em breve. Isso, eu acho que é um marco importante para a cidade. Vai ser um momento interessante para a gente fazer um debate aí com a sociedade, o terceiro setor e etc. Neste mesmo período de 10 dias, a gente também está programando uma grande feira de meio ambiente na cidade de São Paulo. Pretende se chamar todas as empresas de tecnologia do Brasil e fora do Brasil, ecodesign, enfim a gente pretende fazer uma grande feira no parque inteiro, e também aproveitar esses dez dias para debates com a sociedade. Um deles é o próprio Congresso que vai ser feito no auditório do Niemeyer. E os outros debates, com certeza, vão ter a programação antes, também. E a gente aceita sugestões, também, para esse grande evento. O outro será em junho. Semana retrasada em estive em Santiago do Chile, com o Secretário de Relações Internacionais, o Secretário de SMDU, aonde a gente fez um debate de dois dias para convidar as Nações Unidas a integrar a parceria com a cidade de São Paulo, para promover o primeiro fórum das Metrôpoles. E foram dois dias, porque nós tivemos que apresentar nossa proposta, porque não é simplesmente convidar. A gente convida um órgão da importância da ONU, nós temos que demonstrar o que a gente pretende. E claro que aí, eles também fizeram propostas, e confluíram para uma proposta aí, a duas mãos, prefeitura e a ONU, que ficou, no meu entendimento, muito melhor do que a



original, nossa. Até porque eles têm expertise nisso. A **CEPAO** faz isso, já, ao longo aí, dos 50 anos. E foi esse motivo, inclusive, que a gente fez questão que eles participassem com a gente, nessa empreitada importante. A novidade do fórum das Metrôpoles é que... mudar um pouco esse enfoque de encontros que se tem por aí. Nada contra. Todos são muito bons. Mas eu mesmo já fui a uns três ou quatro, que na verdade, o pano de fundo é sempre o mesmo. A gente viaja aí, três, quatro, cinco horas, toma um café, tem uma fala de 15 minutos, cumprimenta as pessoas e vai embora. Na verdade, não estou fazendo nenhuma crítica. Mas eu acho que esse tipo de debate, ele não enriquece. Ele não está valendo mais a pena. Acho que o que vale a pena é você sair com consensos, você sair com cartas, mas cartas de encaminhamento efetivo. Então a nossa pretensão nesse encontro das Metrôpoles na cidade de São Paulo, é algo parecido com o Consenso de Washington. A gente quer sair daqui com o Consenso de São Paulo. E aí, a ideia é que a gente se debruce com bastante força nos diagnósticos. Porque o que se tem por aí hoje, você têm projetos excelentes, projeto de Harvard, de Sorbonne, que é um melhor do que o outro, mas esquece de uma coisa fundamental: que é você fazer o diagnóstico. Fazer um inventário local. Que ainda, em muitas das vezes, o projeto não cabe em determinado local, porque sequer fez, minimamente, esse tipo de trabalho que é o inventário. Então na verdade, a ideia desse encontro é também diferenciar a metodologia. É ter um debate sobre diagnóstico, prognóstico, e ter cenários de solução, e ter um consenso. E que a gente saia com esse consenso e que dê uma diretriz mundial mesmo. Então, para vocês terem uma ideia, pelo menos as cidades principais, todas da América Latina, do Caribe, elas têm problemas muito parecidos com aqui na cidade de São Paulo. Quase que iguais. E um deles, assim, o mais importante pano de fundo é o que a gente sempre debate nessa mesa aqui. Que é a falta de recursos. As cidades, elas não se sustentam mais com esse modelo aqui no Brasil. Nós temos é o pacto federativo, o Chile tem outra organização, uma de distribuição do território, que são as comunas e tal, muito parecido com o da Argentina, sobretudo ali no centro. Tem (incompreensível) as cidades, depois as regiões metropolitanas no seu satélite, mas nenhum deles dá conta da questão econômica. Sempre tem essa guerra de cobertor de pobre, e as cidades, empobrecendo cada vez mais, e cada vez aumentando mais as demandas. Então esse fórum também vai nesse sentido. Tanto é que a primeira parte do fórum vai ser um item chamado economia urbana. É uma discussão nova que a gente pretende que ela se irradie aí para o resto do mundo, que é você identificar as fontes de economia dentro da malha urbana. Eu vou citar um exemplo: a cidade de São Paulo produz, em média, 2 milhões a 3 milhões de refeições/dia. Então isso é um commodity, com certeza. Que está aí, precisa ser desnudado, precisa ser entendido, precisa ver como que as cidades, de alguma maneira, conseguem captar recursos com essas economias. Depois você tem lazer, você tem cultura, tem o turismo, enfim... Então a primeira parte da metrópole é identificar essas economias. Até lá nas Nações Unidas, eu fiz uma brincadeira, será que nós não poderíamos exportar feijoada? É claro que sim. Então é uma brincadeira, mas é meio que por aí. E a gente conseguiu, no quarto bloco... Na verdade, um bloco de economia urbana. O outro bloco é igualdade urbana. Geração de emprego e renda, e ecologia urbana. Que é o último bloco. Que aí, diz respeito mais diretamente à gente. E aí, no momento adequado, eu vou começar a passar as datas, que a gente vai ter aí, uma série de quatro pré-conferências. Se eu não me engano, agora, não sei se eu vou lembrar todas, mas é Bogotá, tem Quito, não me lembro agora, mas Buenos Aires é uma, Córdoba acho que é a outra. Acho que é isso. Mas... Santiago é a outra. Mas vocês vão receber essa programação. Essa era uma informação importante que eu gostaria de passar. E no momento adequado, vocês vão poder opinar, e discutir, inclusive, o programa aqui. Vou trazer para cá, para a gente ir afinando, para que saia um evento aí, do tamanho que a cidade merece. Ainda em relação aos temas, eu acho que a... Cristina, sem querer voltar o assunto, mas eu acho que a cidade de São Paulo... assim, a carência é tão grande por projetos inovadores, que em determinado momento, assim, até pelo afã de querer acertar e



colocar os projetos para fora, você acaba cometendo mesmo, um problema ou outro, no meio do caminho. Se você pegar a escala de São Paulo, a importância, e o momento que ela está vivendo aí, cada vez mais subindo aí o grau das emissões, é evidente que a ciclovias, tanto é que a aceitação é excelente na pesquisa. Agora, precisa dos ajustes, mesmo. Mas eu acho que uma coisa versus a outra, eu acho que o mais importante é esse conceito que foi colocado na cidade, e que no meu entendimento, ele só foi possível agora mesmo. Porque isso faz parte também... não é porque foi só uma vontade do prefeito. É porque teve as condições materiais da população, de aceitabilidade. Porque há 10, 15 anos atrás, era impossível. Poderia ser o prefeito que fosse. Ele não conseguiria. Isso é no meu entendimento. Significa que a população avançou. Avançou no entendimento dos grandes temas ambientais. Isso aí é claro. Avança bastante no próprio entendimento da compreensão da cidade, ontem mesmo eu estava dando uma entrevista para a Revista Época e, de novo, vem aquele tema que é um paradigma, que tem que ser quebrado. A cidade de São Paulo nunca teve planejamento. Como, nunca teve planejamento? A cidade de São Paulo sempre teve planejamento excelente. Um dos melhores possíveis. Só que na ótica do capital. É por isso que não tem espaço para o cidadão. Não tem espaço para o pedestre. Tem espaço para o carro. Então ela foi projetada, sim, para isso. Ela foi pensada para isso. Então esse é um paradigma que precisa ser quebrado. Eu acho que tipos de fóruns iguais a esse aqui, eu acho que ele é importante para isso, para disseminar essas ideias, e ir quebrando essas barreiras. A outra barreira que eu dei uma entrevista ontem também, é em relação aos mananciais. Faz-se uma confusão muito grande de manancial com reservatório. Faz-se uma confusão muito grande com chuva e nascente. Então a mídia, até hoje, ela está informando a população. Todo mundo está achando que os reservatórios, eles são carregados pela chuva. É uma mentira, isso. E ninguém fala em nascente. Onde estão as nascentes da Cantareira? Por que não vai lá registrar e fazer as fotos das nascentes, também? É evidente que está tendo problemas nas nascentes. E o exemplo disso, fácil, para a população entender em uma linguagem muito fácil, é você dar o exemplo da piscina. Não sei se aqui... alguém aqui deve ter piscina em casa, que se você desligar o abastecimento, ela vai secar. Tendo chuva ou não. Ela não dá conta. O vapor é muito maior. A evaporação é maior. Quer dizer, a torneira... a água da rua é a nascente. Claro, que senão, ela não vai dar conta. A chuva, na verdade, ela é só um regulador. Eu estou batendo nessa tecla, porque a população está indo por um caminho e está sendo mal informada. Isso é ruim. Então dá a impressão que é a chuva. Daqui a pouco vão culpar a chuva. O coitado do São Pedro ao invés de Santo vai sair como demônio. E o outro paradigma que tem que ser quebrado... fala-se muito da Guarapiranga. Fala-se muito da recuperação ambiental do entorno do Guarapiranga. Eu também acho que tem. Mas a recuperação do entorno do Guarapiranga é muito mais de relevância paisagística do que ecológica. Porque a Guarapiranga, é preciso que se diga isso. Porque as pessoas esquecem a história. A antropização, ela já aconteceu ali, no início do século passado. A Guarapiranga não é natural. Principalmente para os jovens, nós temos que dizer isso. Aquilo é uma represa. Assim, o rio Guarapiranga é um paradoxo. Ele está submerso. O rio Guarapiranga está no meio da represa Guarapiranga. E aquela vegetação do entorno da Guarapiranga, que está sempre com aspecto feio, é porque ela não pertence àquele ecossistema, no vai e vem da água. Ali talvez fosse uma vegetação parecida com a do pantanal para resistir a esse vai e vem da água. Então esses paradigmas precisam ser quebrados. Porque me deu a entender, na entrevista, ontem, que assim, daqui a pouco também, a arborização do entorno do Guarapiranga também é responsável pela crise hídrica. Também esquecem que a poluição dos nossos reservatórios, que são várias, você tem agrotóxico, tem fertilizante, e você tem uma coisa chamada esgoto, que não é de responsabilidade do município. É responsabilidade de quem produz água, de quem abastece e de quem faz todo o trabalho de água. E lá, ela também joga o seu esgoto direto na Billings e na Guarapiranga. Então vamos colocar as coisas na mesa, de uma forma mais decente, e para fazer um debate



mais sério. Sem partidizar, sem politizar, mas ter uma verdade pelo menos científica. Que nem isso está se fazendo. Ela está à margem, aí, do... jogando no ralo aí, todo o conhecimento científico que nós temos bastante na cidade de São Paulo. Principalmente aqui. Era mais esse informe aí, e um pouco de desabafo também, porque eu não aguento mais dar entrevista sobre o mesmo assunto.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Cristina, pois não.

Cons. Cristina Antunes: Eu fico sempre muito entusiasmada com os seus relatos. Mas eu fiquei com uma dúvida com essa questão da área dos mananciais. Porque nós temos nos debatido muito na discussão do Plano Diretor Estratégico com relação à permissividade que está levando para essa região. Tem realmente um problema habitacional gravíssimo, mas que precisa ser resolvido por uma ótica ambiental. De qualquer forma, é uma área de preservação. Seja o ecossistema correto ou não, é uma área de preservação. A vegetação talvez não seja a original. Então queria saber a sua posição com relação a isso. Em relação a essas propostas que agora, na lei de uso e ocupação do solo, está sendo acentuada. Está sendo acentuada. Estão transformando áreas que são de proteção em áreas de ocupação.

Secretário Wanderley: Ok. Não. Isso faltou mesmo, esse item aí. Então, essa é outra entrevista que tem... a gente tem falado bastante, aí. Inclusive tem uma audiência pública segunda-feira, se não me engano, no Parque do Búfalo. Tem uma audiência pública lá, eu estarei lá, inclusive. A minha visão, Cristina, não é uma visão... eu não vou te falar uma visão de governo. Eu vou falar uma visão do arquiteto urbanista Wanderley Meira. Essa é a minha visão pessoal. Esse é um ditado que eu aprendi com a minha avó, aprendi com meus pais. Eu venho de uma cidade do interior, nasci na roça, literalmente. Meu pai sempre dizia isso: que é melhor a gente perder o dedo do que perder as mãos. E cai como uma luva, esse conceito, para mim, nos mananciais. Porque o que a gente tem visto na cidade de São Paulo, só aqui na Secretaria, nós temos 154 DUPs. Do ponto de vista dos recursos, é uma peça de ficção científica. Então, o que acontece? Eu jamais faria isso. Ainda que essas áreas tivessem relevância ambiental. Porque eu acho que, primeiro, que não é justo para com o município. Você saindo aí, e fazendo DUP sem critério, sabendo que não tem recurso. Porque a área fica congelada. Contudo, ainda é de propriedade do primeiro. Ainda é da iniciativa privada. Então você fica com a área congelada, e aí, também acho justo, com todo o processo de reivindicações de moradia, mas temos oportunistas, também. O que acontece na prática, na cidade de São Paulo, é assim: a DUP saiu hoje, amanhã, os oportunistas já estão se organizando para entrar na DUP. Esse é o mundo real da cidade de São Paulo. Ah, mas por que vocês não fiscalizam? Só se for colocar um batalhão da guarda civil espalhado pela cidade de São Paulo. Que também é uma peça de ficção. Isso não vai ocorrer. O que ocorre, o que segura... Ainda, anteontem, para o Estadão, eu também fiz um debate com um jornalista sobre isso. Ele insistia que tinha parque ocupado na cidade de São Paulo. Eu falei: eu não tenho parque ocupado na cidade de São Paulo. A população não ocupa parque. Ocupa DUP. Vocês estão confundindo DUP com parque. DUP é uma intenção de se transformar em parque. Mas não tem emissão na posse. Não tem emissão na posse, não é de propriedade, ainda não é do público. Então tem sim, uma grande quantidade de ocupações em áreas de DUP. E aí, nos mananciais... o que eu defendo, Cristina, é que é muito melhor você ter 10, 20%, que seja 30% dessa área com ocupação organizada, que é isso que vai garantir os 70% não ser ocupado. É o que a gente tem visto por aí. Por que não ocupa o parque propriamente dito? Porque ele já está ocupado, de alguma maneira. Ocupado pelo uso de parque. E outro exemplo disso são os parques lineares. Os parques lineares que foram projetados ou parcialmente implantados, ou que não foram implantados, é que são passíveis de ocupação. E a maioria foram ocupados. Aqueles que foram implantados não têm ocupação. Isso daí, não sou eu que estou dizendo. É só ir aí, andar pela rua, e ver. Então, Cristina, minha ideia é essa: do ponto de vista... o ideal seria que essas áreas não tivessem ocupação nenhuma, mesmo. Ela inteira ser transformada em um parque. Esse seria o ideal. Mas como a gente não consegue chegar no ideal, eu prefiro



segurar parte dela. A minha proposta, por exemplo, para DUP, que uma hora nós vamos, também, discutir aqui, que eu não vou tomar essa decisão sozinho, evidentemente. Vai passar por aqui, vai ter que passar pelo CADES, essa discussão. Eu tenho uma proposta dessas 154 DUPs, de incluir a iniciativa privada nessa discussão. Mas é evidente que isso não é da minha cabeça. Então tem que debater um pouco sobre isso. Eu vou citar um exemplo: nós temos uma área de DUP lá em Pirituba, de cerca de um milhão de metros quadrados. E na cidade de São Paulo, acontecem algumas coisas, pela sua escala, pela sua complexidade. Às vezes, a gente nem percebe o que está acontecendo com a cidade. Você passa, todos os dias, pelo mesmo lugar, e não percebe. A cidade de São Paulo, já, há muitos anos, não tem parque de diversão. O que eu acho um absurdo, uma cidade do porte de São Paulo não ter parque de diversão. Ele foi fechado, e ninguém também falou muito. Ficou por isso mesmo. E está aí. A cidade está sem parque. Então essas áreas, só para dar um exemplo, então essa área de um milhão de metros quadrados em Pirituba, que era muito bem localizado do ponto de vista do trânsito, você tem ali o Rodoanel, tem a Bandeirantes, tem a Anhanguera. Ela está aí nessa confluência. Por hipótese. Ali, se a gente conseguir 10, 20% para implantar um parque de diversão na cidade de São Paulo, que a contrapartida seja implantar o nosso parque público, e manter o nosso parque público é um ganho para a cidade. Eu acho. Com certeza, um vai ser interesse do outro. A gente vai ter interesse nisso, porque vai ter uma área pública urbanizada, e de acordo. E eles vão ter um quintal de um parque de diversão que é a chegada, que é o parque público. Eu acho que aí é que as contas começam a fechar. Agora para isso, tem que ter transparência. Esse percentual, tem que contratar um órgão aí, isento aí na sociedade. Tipo, sei lá eu, uma GV, um FIP ou coisa do tipo, para fazer essa conta de forma transparente, e discutindo com os diversos segmentos da população e encaminhar. Essa é uma proposta que eu tenho, para não perder... Porque também é triste perder essas áreas. Porque têm áreas que são belíssimas. E nem se discute a relevância ambiental. E também, quem fez essas DUPs e assim que eu falo de forma aleatória, não levou em conta os recursos, mas em relação à relevância ambiental, levaram em conta, sim. Isso a gente não pode ser injusto. São áreas boas para parque. Ninguém fez área em campo de capim. Não tem isso. E é uma judiação. Eu penso, todos os dias, nessa questão de sair da Secretaria, com a pecha de ter perdido, sei lá eu, 50, 60 DUPs em uma área de relevância ambiental. É triste, isso. Agora, por outro lado, eu já recebi vários proprietários aqui, que também é ruim. Porque você não tem também... Nem todos os proprietários são milionários. Às vezes são terras que passou de família, de herança. Que as pessoas sequer têm condição de pagar os impostos nessa área aí. E ela está congelada. Você não pode fazer nada. Eu vou citar um exemplo desse que teve aqui. Foi a esposa do Vicente Mateus, o ex-presidente do Corinthians. Está viúva, tem problema de disputa na família, parece que ele casou mais de uma vez, e aí, ela quer resolver isso e não consegue, por conta dessa área, que é uma área enorme, que é de propriedade do Vicente Mateus, e agora da senhora dele. Mas enfim, eu acho que então, esse tipo de discussão, com certeza, vai passar por aqui e vai passar pelo CADES. Eu acho que essa também é uma forma que eu tenho feito na Secretaria, eu não sei se eu passei isso ainda com clareza, mas eu vou procurar, sempre que tem uma decisão importante, essa decisão vai passar por esses fóruns. E essa é uma delas.

Secretário Executivo Rubens Borges: Diante da fala do Secretário, a gente percebe que as demandas são gigantescas para uma cidade gigantesca. As demandas são muitas e muito variadas. E isso talvez justifique esse número de itens previstos na resolução do CADES, para que o FEMA possa apoiar. E por isso é que estamos discutindo aqui o que vai ser levado para o CADES na primeira reunião do CADES, que deve ocorrer no início do ano, em fevereiro. Primeira semana de fevereiro, talvez. E aí, a gente precisa apresentar essas propostas. Então, retornando aqui, à proposta de utilização de recursos do FEMA, eu abro a palavra aos Conselheiros, perguntando se mantemos esses itens já previstos na resolução de 2014, ou se algum Conselheiro tem algum item que gostaria de acrescentar ou suprimir



dessa proposta. Então está aberta a palavra aos Conselheiros. Ninguém se manifesta? Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. Essa relação que é aprovada no CADES, eu entendo que precisava ser uma coisa mais específica. Porque na verdade, se olhar aqui, Rubens, cabe tudo. Em cada um desses itens cabe qualquer coisa. E um dos comentários do parecer do jurídico aqui da subprefeitura e do... especificamente do jurídico, é que por exemplo, o item expansão, manejo e conservação de áreas verdes e unidades de conservação em parques urbanos, lineares e naturais, isso daqui se aplicaria para projetos específicos. Não é para custeio. Eu acho, falei isso ao longo desse período todo, eu entendo que a gente tem que particularizar um pouco mais isso daqui. Porque senão cabe tudo, mesmo. Então eu acho que, na verdade, em todos eles, teria que ter, por exemplo, fortalecimento do sistema de fiscalização e controle da Secretaria. O que isso significa? É a meta pessoal comprar um software, é o quê? Eu acho que isso daqui cabe coisa demais. E cabe, obviamente, aumentar pessoal. Quer dizer, esse aumento de fiscalização, se não tem recursos humanos, de repente, vai vir solicitação de dinheiro para aumentar o pessoal. Eu acho que a gente...

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso a legislação do FEMA não permite. A própria lei que cria o FEMA não permite contratação de pessoal.

Cons. Cristina Antunes: Mas não permite projeto, também.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Permite projetos. A lei... Planos, programas e projetos, é o que está na lei. Apoio a planos, programas e projetos. Mas limita... Limita, não. Ele proíbe a contratação de pessoal. Contratação direta.

Cons. Cristina Antunes: Eu fui... Estou me sentindo então, um pouco confusa. Porque quando veio aquela empresa apresentar o projeto para hidrovía, foi dito aqui que o projeto eles tinham feito com recurso próprio. O que eles estavam fazendo é execução. Porque projetos não poderiam ser custeados pelo FEMA. E eu acho que é absolutamente razoável, porque projetos você não sabe se vai virar execução. Então a gente tem que ter clareza no começo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Deixa eu só esclarecer. O que tinha sido solicitado pela Secretaria de Transportes, na ocasião daquela solicitação de recursos para a hidrovía, eram recursos para elaboração de um projeto prévio para o projeto executivo e para o estudo de impacto ambiental. Foi colocado aqui que pela resolução do Conama, o estudo de impacto ambiental não pode ser apoiado com recursos do FEMA, porque ele é uma obrigação do empreendedor. No entanto, o projeto executivo, o projeto básico, até poderia ser. O Conselho entendeu, até por uma colocação sua, de que naquele momento, se fosse apoiado o financiamento daquele projeto, ele poderia não ser realizado. Até porque estava em uma época também de final de ano, e tinha limitações orçamentárias. Então, a própria Conselheira de SEMPLA se manifestou na época, e achou melhor deixar isso para um segundo momento, porque aquele momento, diante da dificuldade financeira, não seria adequado aprovar. E depois, foi retirado o projeto pela Secretaria de Transportes. Ele não retornou. Mas o estudo de impacto ambiental, ele tem uma proibição legal de ser apoiado com recursos do FEMA. O desenvolvimento do projeto, não. E a lei do FEMA diz que os recursos do FEMA destinam-se precipuamente a apoiar planos, programas e projetos de preservação e conservação ambiental. Então, eu não tenho aqui a lei em mãos, mas tenho isso muito claro. Porque é um instrumento de trabalho de rotina. Então isso está muito claro para a gente, aqui.

Secretário Wanderley: Viu, Cristina. Só um esclarecimento rápido. É bem rápido, mesmo. Essa questão do... O projeto básico, ele é pressuposto da 8.666. Você não pode licitar nada que tem a característica de serviço de engenharia, sem projeto básico. Então, por isso, o projeto básico sim, ele é de responsabilidade de quem está contratando. Ou de quem está licitando. O projeto executivo sempre se coloca como um primeiro item da planilha.



Geralmente a empresa, ela tem aí, 30, 40 dias para fazer um projeto executivo, para depois emitir ordem de serviço para obra. Esse é o procedimento normal do processo licitatório.

Cons. Cristina Antunes: Então eu começo a entender a posição do jurídico. Porque projeto é genérico. E quando a gente esteve aqui com o subprefeito para discutir a possibilidade de um projeto... da execução de um projeto que já existe, o subprefeito perguntou se ele poderia pedir também para fazer um projeto. Para elaborar um projeto que um dia viesse a ser realizado. E o entendimento foi que não. Então eu acho que tem no mínimo, essa sutileza. Um projeto básico é por conta do empreendedor, mas a gente tem que ter alguma garantia, Secretário, de que o executivo será executado. Porque nós estamos... Assim, existe, realmente, um milhão de projetos. Estão na gaveta, porque não tem dinheiro depois, para executar. Mas a gente, para dar dinheiro do FEMA teria que ter certeza de que isso chegue até o fim. E projetos, por exemplo, quando a gente apresenta um projeto, um projeto de educação ambiental, é um projeto específico, é um projeto... o conteúdo é um projeto de educação ambiental. Não vai ser elaborado um projeto para depois ser executado, entendeu? Eu acho que tem que ter um cuidado aí, então, na formulação do que pode fazer com... pelo menos nesse item, e eu acho que em outros, também. Mudanças climáticas, por exemplo. É muito amplo. Alguém pode, sei lá, querer fazer um foguete para fazer inspeção solar. Então a gente tem que definir, tem que limitar um pouco mais o que a gente vai...

Secretário Executivo Rubens Borges: É. É só um detalhe assim. A atribuição do CADES é estabelecer diretrizes gerais. Então se em Mudanças Climáticas surgir aqui um projeto de sei lá... apoio a ações da Inspeção Veicular, ou de lançar um foguete meteorológico, de repente, para estudar o clima, aí cabe a este Conselho deliberar quais os projetos serão aprovados dentro do item Mudanças Climáticas. O CADES não tem o alcance de definir especificamente quais projetos serão ou não apoiados. Para isso, existe o CONFEMA, que é o Conselho que vai deliberar, dentro desta diretriz macro, o que vai e o que não vai ser apoiado com recursos do FEMA. Então as diretrizes do CADES, elas são mais amplas, propositadamente. Exatamente para que o CONFEMA tenha essa possibilidade de aprovar ou não os projetos de interesse da municipalidade. Conselheiro Azoni.

Cons. Alessandro Azoni: Bom dia. Azoni, do CADES. Só para ilustrar mais o teu caso, é justamente isso que eu ia falar. Esse artigo, ele tem um rol no direito, que a gente chama de exemplificativo, porque ele dá uma dinâmica maior. Porque se você transforma isso em subitens, por exemplo, proteção da biodiversidade, e você colocar subitens nele, você torna esse rol exemplificativo em um rol taxativo. A partir do momento que você transforma isso em um rol taxativo, só pode ser feito o que está aqui dentro. Quer dizer, com a evolução que nós temos hoje, nas leis ambientais, nos nossos ecossistemas, e nas proteções que nós temos que buscar, fica inviável você manter um rol taxativo. Ele tem que ser exemplificativo, justamente pelas mudanças dinâmicas que nós temos. Tanto que algumas normas hoje, no direito, elas estão começando a ficar, mesmo nas leis, elas estão ficando exemplificativas. Não mais taxativas. Justamente para evitar que se emperre o processo administrativo. Então por isso, é só para te ajudar nessa parte da ilustração. Mas eu ainda mantenho a... Eu sou a favor de manter o rol exemplificativo, justamente pela dinâmica do processo que nós temos... as mudanças que nós estamos tendo na cidade, pela velocidade... às vezes, a gente não consegue... Há uma mudança, por exemplo, que nem você falou, das mudanças climáticas. Se a gente colocar um rol taxativo, hoje, pode ser que uma mudança climática que vai acontecer daqui a dois anos, nós vamos ter que fazer uma reunião para tentar provar, para colocar ela dentro desse subitem. Sendo que ela ficando exemplificativa, automaticamente, em uma votação, a gente consegue colocar ela dentro de um projeto. Entendeu, Cristina? Eu acho assim, é mais seguro para a cidade e para nós, que ela fique exemplificativa. Justamente pela velocidade das mudanças.



Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então eu pergunto se algum Conselheiro gostaria de acrescentar algum item, ou suprimir algum item específico. Conselheiro Pedro.

Cons. Pedro: Pedro, Secretaria do Planejamento. Não, eu concordo com o que foi falado. Eu entendo que esse aqui é um fórum para a gente, ao longo do ano, ir detalhando essas diretrizes gerais que o CADES estabelece. Eu concordo. Acho que tem que ser um rol exemplificativo. Eu senti falta de um item aqui. Quando a gente fala aqui, de proteção dos recursos hídricos, é importante lembrar que a gente aprovou aqui uma resolução que possibilitaria a gente usar os recursos também para drenagem. Acho que poderia colocar proteção dos recursos hídricos e drenagem.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu tinha pensado nisso, e eu tinha colocado aqui, um item, que seria apoio a ações de combate a enchentes. Porque aí envolve não só a drenagem, mas de repente, algum outro tipo de projeto de combate a enchente...

Cons. Pedro: Isso está aqui?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Não está. Seria a proposta dentro do que você está colocando. Se a gente colocar drenagem, aí a gente limita, como o Conselheiro Azoni falou, a gente limita só para drenagem. Apoio de combate a enchentes pode ser um projeto de drenagem, ou microdrenagem, ou de repente, a implantação de um parque linear, ou alguma outra ação de combate a enchente. Então pergunto se apoio a ações de combate a enchentes seria adequado? Então fica incluído o item apoio a ações de combate a enchentes. Mais alguma sugestão?

Cons. Cristina Antunes: Eu entendo a consideração do Azoni e do Pedro, mas então eu peço para me esclarecer o que seria, por exemplo, a gente exemplificar, uma intervenção de fortalecimento do sistema de fiscalização.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu posso manifestar? Diante de discussões anteriores, e aí eu trago um pouco do histórico, esse item, fortalecimento do sistema de fiscalização do controle da SVMA e SMSU, Secretaria Municipal de Segurança Urbana, ela foi discutida junto com a Secretaria de Segurança Urbana, para o fortalecimento da Guarda Municipal Ambiental, e aí entraria capacitação, treinamento. Propostas que a Secretaria de Segurança Urbana fizesse para utilização dos recursos do FEMA, para uma capacitação e fortalecimento dessa segurança urbana. Esse foi um item. E no caso da SVMA, seria o reforço de equipamentos e recursos da nossa equipe de fiscalização, os especialistas em meio ambiente, que vão a campo, às vezes, sem o equipamento específico, ou sem um sistema adequado para você lançar os autos de multa, ou para ter um banco de dados. Então eu lembro que quando foi... Em fortalecimento foi utilizado esse termo por ser genérico. Por ser tanto a contratação de um sistema de controle de multas, ou de um banco de dados, como também um sistema de capacitação da guarda ambiental. Então essa foi a tônica desse item.

Cons. Cristina Antunes: Mas aí, então não poderia, por exemplo, incluir a contratação de uma empresa de segurança para prestar o serviço, nem uma empresa de segurança para fornecer funcionários para fazer levantamento de campo, ou fiscalização de campo.

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente tem que diferenciar uma coisa da outra. A contratação de pessoal é utilizar recursos do FEMA para contratar especialistas de meio ambiente para fazer a fiscalização. Isso não pode. Agora, eu posso contratar um serviço de segurança e vigilância privado para fazer a segurança de uma área municipal, de um parque municipal, por exemplo. Uma coisa é uma contratação de serviços de vigilância. Outra coisa é a contratação de pessoal direto, da administração. Então a gente tem que diferenciar isso.



Cons. Cristina Antunes: Eu confesso que eu tenho um pouco de dificuldade de diferenciar isso. Porque se contrata uma empresa de vigilância, ela está levando o pessoal que vai fazer o serviço de vigilância. E de qualquer forma, se existe um limite, uma fronteira entre as duas situações que você está falando, que eu não consigo distinguir, precisaria constar. Aí eu volto um pouco na questão de deixar claro o que pode e o que não pode.

Secretário Wanderley: Não. Mas a questão da vigilância no perímetro do parque. Isso é uma coisa. Não tem nenhuma contratação nossa de vigilância na via pública, por hipótese. No âmbito do parque. É onde se caracteriza uma área de relevância e de interesse ambiental. E que é um serviço a mais também, proteger essa área. Isso aí já está dito até pela PGM. Mas enfim, eu vou dar outro exemplo de fiscalização. Eu vou dar um que a gente está tendo necessidade agora, neste momento. Que para mim, eu acho que hoje, o maior crime ambiental, se pode dizer assim, que está acontecendo na cidade de São Paulo, chama-se Rodoanel Norte. E ali têm uma série de exigências, da LAI, por exemplo, que eu estou vendo a LAI agora, eu conhecendo a LAI há 30 dias, até porque a maioria das pessoas não sabem disso. Porque o licenciamento não foi feito por aqui. E sequer foi feita uma consulta para a compensação. A última reunião que eu tive com o promotor de justiça, o doutor Lucci, eu coloquei para ele que ali, no meu entendimento, houve até um rompimento do pacto federativo. Imagina você discutir compensação sem chamar o território. Não existe isso. Ninguém sabe o valor, como foi feito. Enfim... Mas ali, a gente está precisando de uma fiscalização urgente, porque tanto o RIV quanto o EIV também é de responsabilidade nossa, a fiscalização. Há pouco, um munícipe foi internado e foi para a UTI. Por conta de explosão de dinamite. Claro que deve ter ultrapassado os limites de decibéis evidente, que nós deveríamos estar fiscalizando. Agora, como é que você fiscaliza isso? Tem que ter equipamento. E a responsabilidade era nossa, da fiscalização. Outro item da fiscalização, que a gente precisa se modernizar, e aí, até para diminuir custo, no meu entendimento, que eu estou fazendo, inclusive... vou fazer um piloto em breve, aqui no Parque do Povo, que é você colocar o sistema monitorado de câmera. Têm alguns parques que é praticamente impossível. Ninguém dá conta. Nem o exército dá conta. Eu já falei isso aqui nesse fórum. Nós temos parque, inclusive, com... Não é um crime qualquer. É o crime organizado. E nós somos convidados a se retirar. Já houve isso aqui, com diretor do DEPAVE. Convidado a se retirar, simplesmente. E a PM está a 150 metros desse parque. Não é a viatura da PM. É o espaço físico da PM está lá. Então, acho que uma das formas... eu não estou dizendo que isso vai ser a solução, mas eu acho que o monitoramento por câmera, eu acho que pode nos ajudar bastante. Inclusive até para o controle da manutenção também. Ver o que está ocorrendo no dia a dia, você ter... online pode estar aqui, o prefeito pode acessar a hora que ele quiser também, pode verificar, enfim. Até para dar transparência também, no que está acontecendo. Isso é outro tipo que acontece no dia a dia. Como o Azoni colocou, as coisas estão tão rápidas, que a gente não sabe o que vai acontecer amanhã. Outro exemplo é em relação à inspeção veicular. A Petrobrás acabou de fazer um trabalho que eu devo estar recebendo semana que vem, que é um trabalho inédito, que foi feito em relação às emissões. Que é até muito mais avançado do que o nosso inventário. Porque ela vai ao detalhe. A gente já sabia, claro, que o maior gerador de emissão, claro, é o veículo. Sabíamos também que a fonte energética é o diesel. O petróleo mais o diesel. Só que nós não sabíamos o percentual disso. O qual que é o impacto que é. E o veículo leve, o impacto é tanto. O veículo pesado o impacto é X. O caminhão, o ônibus é tanto. Então nós vamos ter agora, esse inventário. Que esse inventário também, a gente tem discutido. Não com ele na frente, mas vai surgir aí um novo equipamento também, que é uma novidade, que é possível você, então, ao invés de fazer inspeção veicular nos ônibus, que é um dos que mais emite gás na cidade de São Paulo, é um equipamento que você vai acoplar ao próprio veículo. E agora, a gente está fazendo uma verificação da qualidade, e que é colocado que 90%



resolve o problema. Agora, esse outro tem um equipamento que eu vou diminuir em 90% das emissões de diesel nos ônibus, é um avanço muito grande. Mas é novo isso. Surgiu agora. Então isso é mais um exemplo na linha do Azoni aí, que as coisas acontecem com muita velocidade.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Cristina?

Cons. Cristina Antunes: Eu continuo com uma dúvida. Eu questionei aqui muitas vezes, Secretário, que o que a gente aprova aqui no FEMA, no CONFEMA, não têm **follow up**. A gente aprova a verba, e espera as coisas acontecerem. E eu, na minha ótica, isto é controle. Isto seria controle. Mas envolve, basicamente, recursos humanos. Então eu acho que é uma das grandes deficiências da Secretaria, aliás, da administração pública em geral. Porque se colocar câmeras, tudo bem. Lá naquele parque do PCC, eles vão vender as câmeras. Mas em outros parques, realmente, pode contribuir. Agora, precisa recursos humanos para fazer isso. Precisa gente acompanhando, fazendo follow up, indo a campo, ver o que foi executado e o que não foi executado. Ontem e hoje saiu no jornal, metade do que a Santa Casa de Misericórdia falou que foi feito, não foi feito. Quer dizer, não sei quantos atendimentos, tantos funcionários. Ao invés de 300, tinha 100. Isso precisa ser acompanhado pela administração pública, e pela sociedade civil. Mas para isso, precisa recursos humanos. E eu entendo que nesse item de fiscalização e controle não pode entrar recursos humanos, que outra vez, seria o principal, para poder fazer uma fiscalização eficaz. Então me preocupa. Porque a gente continua patinando nesse item. A gente libera dinheiro, a prefeitura faz projetos, vai executar projetos, mas a gente não tem acompanhamento próximo. Um acompanhamento imediato, para saber o que está sendo executado. A gente vai descobrir na hora que aparecem os escândalos. Então precisava ter uma inovação que não é, necessariamente, com equipamentos. Também. Lógico que passa por equipamentos. Mas a prática ruim existe sempre. Então isso precisa ter fiscalização e controle. Não é só proteger o parque contra depredação. Precisa saber se tudo o que a gente aprova aqui é, de fato, executado de acordo. Volto ao exemplo das ciclovias. Eu aposto minha mão direita que não estão sendo gastos 200 mil reais por quilômetro nas ciclovias que estão sendo implantadas.

Secretário Wanderley: Eu acho que a prefeitura de São Paulo... o prefeito criou a controladoria. Isso é uma coisa que tem que ser mais usada, talvez. Talvez por ser nova, as pessoas desconhecem até. Mas que tem dado resultados aí, bem efetivos. A outra, eu sempre... a gente já viu pela imprensa, inclusive, aí. Máfia dos fiscais, etc. Vai por aí fora. Agora, o que você está falando é outra coisa. Você está falando de um item de controle dos serviços. Que eu acho excelente. A gente aceita proposta. Eu tenho falado em várias reuniões, todos os lugares que eu vou de público, eu coloco que a administração pública no Brasil, ela está na UTI. Não é aqui, a prefeitura. A administração pública brasileira está na UTI. Agora, eu acho também, que o terceiro setor, ele está meio também, anestesiado. Porque ele está acostumado àquela fase de propor projeto, projeto, projeto, plano, plano, plano... Eu acho que o terceiro setor tem que, cada vez mais, participar por dentro da administração. Eu tenho falado isso em vários locais. E eu acho que o principal hoje, aí a Cristina tem razão, é a fiscalização. Falar: ah, mas o terceiro setor não tem atribuição legal de fazer a fiscalização. Isso é conversa tecnocrata. Se não tem, ué, vai fazer lobby no Congresso. Vai disputar política para ter, de alguma maneira. Eu acho assim, eu fico muito preocupado com isso, quando se fala das deficiências do poder público, e ter só proposta de engordar cada uma, cada vez mais, o poder público. Acho que não é isso. Eu acho que é chegar aí, em um ponto ótimo, entre a administração pública e a sociedade, participando de forma mais efetiva. Eu também não tenho bola de cristal, Cristina. Mas eu acho que é um debate do dia, isso. Para mim, é a pauta do dia. Eu tenho falado isso em todos os locais que



eu vou, que eu tenho essa abertura, eu falo sobre esse assunto. É por isso que eu queria chamar uma audiência pública, ampla, com o terceiro setor, na cidade de São Paulo. Que poderá vir a ser nesses 10 dias aí, de debate, lá no Ibirapuera. Para a gente discutir essas questões. O terceiro setor, sobretudo na área de meio ambiente, ele foi fundamental para o país. Teve a primeira fase que eu chamo de guerrilha ambiental, que eu participei. Que a gente fez lá o coletivo Hiroshima Nunca Mais. Abraçar o reator. Eu, Gabeira, Minc, Cerquiz, Alice Vieira. Depois teve o processo da constituinte, que foi muito rico, a participação nossa, aí, terceiro setor. Mas nem se chamava ONG ainda. Mas participou de forma muito efetiva. E depois, os planos. Planos, planos, planos. Se a gente passar aí pelas prefeituras, o que tem de plano nas prateleiras é uma brincadeira. Um melhor do que o outro. Não estou dizendo que é ruim, não. Mas acabou essa fase de plano agora, eu acho. Agora é arregaçar a manga e trabalhar, implantar as coisas. Implantar e, como diz a Cristina, fiscalizar. Mas eu acho que não pode esperar só do poder público essa fiscalização. Aliás, é melhor que seja o percentual maior da sociedade, no processo de fiscalização.

Cons. Cristina Antunes: Eu fico entusiasmada mesmo, com as suas falas, porque assim, a participação do terceiro setor passou do zero para um percentual que hoje em dia... há 10 anos, talvez não imaginasse. Estamos aqui o Azoni e eu, da sociedade civil, trabalhando em fóruns. A gente está no CADES, a gente está no FID, a gente está em um monte de fóruns, mas é o que o senhor falou, a gente não têm prerrogativas que nos deem a condição de exercer, realmente, várias das ações. E uma delas seria fiscalização. E existe, obviamente, um bloqueio político. Certo? Então ontem eu estive no Conselho Participativo de Santo Amaro. Existe um bloqueio político. Porque existe uma pressão de vereadores, existe uma pressão, existe uma regra que vem de cima, que impede. Então nós estamos há anos luz de uma participação efetiva dentro da administração pública. Mas eu concordo plenamente. Enquanto não houver, nós não vamos ter uma administração respeitável.

Secretário Wanderley: É isso mesmo. Eu vou citar um exemplo aqui, muito simples, só para terminar rápido. Eu acho que a maioria de vocês não sabe, mas eu sou instrutor do Projeto Orla. O Projeto Orla é um projeto do Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Patrimônio do Ministério do Planejamento. E aí, eu sou instrutor. Eu, Wanderley Meira. Não ganho um tostão para isso. Eu não tenho a ONG, mas é a minha pessoa. Mas como que você faz esse serviço? Na verdade, é um serviço de controle da orla brasileira, da região sudeste. Nós somos em seis, na região sudeste. Eu não tenho a caneta para multar. Mas nós temos um sistema que é parecido. Qualquer problema que eu vejo na orla, ou que alguém me passar, ou seja, um **enrocamento** que não está licenciado, uma residência que está sendo feita sobre o mar, qualquer... Eu tenho três telefones comigo, que eu ligo na hora, e vão ser tomadas providências imediatas. Quer dizer, eu não tenho a caneta. Mas por quê? Foi criado um mecanismo para isso. É isso que eu estou dizendo. Tem como se criar sim, mecanismos. E eu já fiz essa ação em vários lugares, com sucesso. Por exemplo, os quiosques lá de Salvador, esqueci o nome da praia agora, que era um projeto para colocar 150 quiosques na areia, a gente conseguiu parar. Tem um caso de um hotel sobre duna lá em Santa Catarina, que também conseguimos parar. Têm uma série de projetos. Eu ficaria citando aqui, vários. Então têm mecanismos. É só ser criativo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, retornando à proposta de resolução, eu pergunto se algum Conselheiro trouxe mais alguma contribuição. Não? Eu ainda gostaria de fazer mais, como administração, colocar como administração, e por conta de demandas. Na verdade, as demandas chegam lá para o FEMA, e aí a gente vai olhar na resolução do CADES, para ver se a gente pode apoiar aquele tipo de serviço ou não. E aí a gente percebe que faltou algum item... Nós tivemos uma demanda de recuperação de uma área contaminada, de uma área pública do município, contaminada, e a destinação daquela área



é para implantação de uma área verde. Então, implantação de área verde nós temos previsto aqui na nossa resolução. Então eu acho que até nós poderíamos apoiar a implantação da área verde. Dentro da implantação da área verde, fazer recuperação da área. Porém, a Secretaria do Verde pode ter também, pensando já no futuro, alguma área sob a responsabilidade da Secretaria do Verde, que necessite de recuperação. A gente tem o caso do Parque Villa Lobos. Pensando nisso...

Secretário Wanderley: Primavera, também.

Secretário Executivo Rubens Borges: Primavera. Então pensando nisso, e pensando na possibilidade do FEMA apoiar a recuperação dessas áreas, eu proponho o item de recuperação e revitalização de áreas degradadas e/ou contaminadas, de competência da SVMA. Então coloco aqui também, em discussão, para os Conselheiros.

Cons. Cristina Antunes: Isso não seria obrigação da Secretaria? Ou seria com recurso do FEMA?

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, seria uma ação ambiental. Seria recuperação da área. Por exemplo, nós temos o Parque Villa Lobos, que é obrigação do município fazer a recuperação. Porém, não existe recurso suficiente para isso. Mal a gente tem recurso para manutenção dos parques. Então tem uma área do parque que está segregada por conta da necessidade de ações de recuperação. E outras áreas que eventualmente venham a ser implantadas, de repente, a prefeitura quer implantar uma área verde, e aquela área é cadastrada na Cetesb como uma área contaminada, e a gente precisa implantar aquela área verde. Então a proposta seria de utilizar recursos do FEMA para fazer isso, uma vez que a administração não dispõe de recursos nesse momento, e é público, de que a gente não dispõe desse recurso. Então seria uma forma de utilizar o recurso do FEMA para projeto, que é até uma demanda da sociedade civil, principalmente. De que o recurso seja utilizado para o projeto, e aí a gente fazer a recuperação dessa área para disponibilizar essa área para o município. Afinal de contas, eu acho que o recurso do fundo é retornar serviços também, para o município. Disponibilizar para a população, aquelas áreas que eventualmente sejam contaminadas, e que não estão disponíveis por conta disso. Conselheiro Pedro.

Cons. Pedro: Pedro, Secretaria do Planejamento. Eu concordo com o Rubens, e acho que é importante a gente pensar no patrimônio que fica para a cidade, quando a gente consegue recuperar uma área e implantar uma área verde. Eu conheço esse projeto também. Eu estava na reunião com o Rubens. Acho que é um projeto que tem uma demanda muito grande da região, de ter a recuperação daquela área, e conseguir uma área muito carente de área verde na zona norte. Acho que é isso. Não existe recurso para fazer, e no FEMA a gente tem o recurso, para conseguir deixar esse patrimônio para a cidade, que todos possam usar essas áreas verdes, eu acho que é muito importante que o FEMA apoie, sim, esse tipo de ação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, fica a proposta de inclusão, de recuperação e revitalização de áreas verdes degradadas ou contaminadas de competência da SVMA. Então os Conselheiros concordam...

Cons. Cristina Antunes: Eu vou deixar em observação. Porque eu acho que isso vai na mesma linha do que eu estou contestando desde o começo. A Secretaria tem uma série de atribuições, uma série de responsabilidades, e precisa dar conta disso com o orçamento. A disputa pelo orçamento é histórica. E eu entendo que a gente abre uma brecha muito séria, um antecedente muito sério, um precedente muito sério, cada vez que a gente libera verba



para fazer o que devia fazer com o orçamento. Ainda mais porque isso é uma questão de gestão. Gestão. O cobertor é sempre curto, mesmo. É uma questão de gestão. Imagino que vá ser aprovado, mas eu não aprovaria, no decorrer do ano, uma verba para esse fim. Eu entendo que a prefeitura tem que ter criatividade, fazer parceria público/privada, fazer de outros meios. Até porque esse interesse público é também... é como a questão do parque de diversão. É uma questão de interesse público. Pode ser implantado em uma área pública, mas a sociedade civil pode participar disso. O empreendedor privado pode participar disso. Então eu entendo que, assim como o empreendedor privado é obrigado, pela Cetesb, a fazer a remediação do solo quando vai fazer um empreendimento, a prefeitura deveria ser tratada do mesmo jeito. Responsabilidade da prefeitura.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu lembro, Cristina, que esse item ainda vai ser discutido pelo CADES. Então é só uma proposta ao CADES, e de repente, isso pode voltar a ser discutido em outro momento.

Secretário Wanderley: Não. Essa discussão, ela merece até uma pauta em um determinado momento. Não agora. Mas... inclusive por SEMPLA estar aqui. É até importante fazer essa observação. Eu gosto dessa provocação, de incluir cada vez mais serviços, porque quem sabe assim, eu estou falando isso em todos os sentidos, todos os entes federados. Não é só o governo municipal, estadual ou federal. Não tem esse entendimento na prática. Na verdade, a Secretaria... A nossa Secretaria, o Meio Ambiente, ele está cada vez mais transversal. Só que os nossos dirigentes não entendem isso ainda. Por isso que tem esse cobertor curto. Porque tudo tem. Quando o Rubens coloca que ele está fazendo a remediação, ou fazendo essa recuperação ambiental, em áreas de interesse da Secretaria, na verdade, a recuperação dessas áreas é de interesse de todos nós. Não é da Secretaria. Aí ela tem razão. É claro que tem... nas áreas privadas, a gente já tem mecanismo para isso. Evidente que ele vai ter que fazer antes de qualquer projeto. Isso está dentro da nossa legislação aí, de licenciamento. Agora, o que o Rubens está colocando é, de novo, no perímetro nosso. Ou seja, nos parques. Sobretudo nos parques. E tem demanda para isso. Agora, o que eu volto a dizer aqui, Pedro, é até uma provocação mesmo. É porque o governo... vai chegar uma hora que ele vai ter que ter esse entendimento. Por exemplo, ciclovia é um exemplo. Os ecopontos também é outro exemplo. Esses dias eu fiz uma provocação também, em uma reunião de governo com o Secretário. Eu falei: olha, o FEMA não é banco. Ele é um fundo. Mas pode vir a ser banco se tiver esse entendimento. De governo. Mais abrangente. Porque senão, aí nós vamos começar a ter deficiências para as nossas ações, no dia a dia. Por exemplo, a questão das áreas degradadas, não é só a remediação propriamente dita. Ela tem um caminho. A gente faz um TR que é feito por aqui. E depois tem a contratação do inventário ambiental. Que geralmente, não é muito barato, só o inventário, dependendo da contaminação. E a remediação, ela pode custar de um a um bilhão, dependendo do tipo do contaminante, e a área. Ela pode ser quase que inviável do ponto de vista da administração, não ter recurso. Então fica congelado lá e parado. Mas porque também não se tem esse entendimento do todo. Eu sempre faço observação sem problema, porque está cada vez mais assim... E isso está sendo independentemente dos nossos dirigentes. O mundo está falando isso. Que todas as ações... Esses dias eu estava brincando com o prefeito, uma brincadeira, mas era sério... Quando eu estive em Córdoba, o prefeito de Buenos Aires, o Macre, ele fez uma fala que eu brinquei com o Haddad: Haddad parecia que era você que estava falando, inclusive na mesma sequência. Eram todos os projetos que você está fazendo em São Paulo. Ele está fazendo lá, igual. E todos visando a sustentabilidade da cidade. Plano Diretor com ênfase no meio ambiente, ciclovia, corredor, implantação de lâmpada de LED em toda a Buenos Aires. Eu falei: mas não é possível. Eu até brinquei com ele: mas vocês combinaram o discurso. Uma brincadeira, evidente, mas por quê? Porque a pauta global é essa. Não tem como fugir. Não tem como fugir. Então aí, eu acho que um determinado momento, o meio



ambiente, no caso a Secretaria, os órgãos aí, de distribuição de recurso, vão ter que ter um entendimento melhor, mesmo. E a demanda é cada vez maior. Eu não vou ficar citando aqui, mas têm várias outras para entrar. E eu estou colocando para os nossos colegas: olha, mas ou vocês arrumam outra fonte de entrada de recurso no FEMA, ou então, a gente vai ficar aqui falando, e tudo bem. Pode-se utilizar, mas não vai ter o que utilizar. E pior do que isso. A gente tem que fazer uma discussão de prioridades. E quem discute essa prioridade? Eu não vou discutir essa prioridade. Quem vai discutir somos nós aqui, e o governo. Então tem que criar também, fórum para isso, de prioridade para a cidade, para se utilizar esses recursos. Mas eu acho que nós vamos chegar lá. Vamos chegar lá uma hora.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu lembro também, Secretário, que o senhor falou do aumento da demanda. Com a aprovação do Plano Diretor Estratégico, o FEMA também incorpora uma série de demandas. Então a gente tem apoio à política municipal da Mata Atlântica, apoio ao plano de áreas disponíveis para serviços ambientais, o próprio pagamento por serviços ambientais, a participação no fundo de parques, então têm uma série de outras atribuições, que foram previstas no Plano Diretor, e que vai gerar uma demanda para o FEMA. Nós já estamos trabalhando nisso. Estamos estudando isso. Para saber qual vai ser a participação. Quanto de recurso vai ter que ser disponibilizado pelo FEMA, para apoio a todas essas ações. Então a gente tem que prever aqui, nessa relação de itens, a gente tem que prever também, toda a expectativa de demanda que a gente tem para 2015. Então por isso que ela acaba se tornando tão ampla.

Cons. Cristina Antunes: Não só no Plano Diretor, mas a lei de uso e ocupação do solo criou um capítulo de cota ambiental. E como o Secretário fala, é tudo transversal. Porque cota ambiental vai ter um impacto... não é só local. E isso também precisa ser considerado na hora de pensar nas fontes de recurso para a Secretaria. Não precisa ser para o FEMA. Pode ser para a Secretaria, como têm outros instrumentos.

Secretário Wanderley: Não. E foi criado também outro fundo, que é o fundo para aquisição de áreas verdes. E esses dias, eu brinquei com o Nabil também. O fundo é interessante, mas virá da onde? Como é que ele vai ser alimentado? Mas isso a gente vai discutir na regulamentação, como é que vai se dar isso.

Cons. Cristina Antunes: Inclusive através das cotas ambientais, justamente. Pode ser um instrumento.

Secretário Wanderley: Isso.

Secretário Executivo Rubens Borges: Pedro?

Cons. Pedro: Pedro, de SEMPLA. Acho que a fala do Secretário, ela aponta para a ansiedade da gente. Acho que terminado essa discussão das diretrizes, começar a pensar o planejamento desses recursos, no próximo ano. A gente tem uma indicação do orçamento do que foi aprovado em primeira votação na Câmara, existe uma proposta ali da distribuição dos recursos, que claro, está conectada com o orçamento da cidade como um todo, porque o orçamento é um sistema de vasos comunicantes, e o cobertor do orçamento, em geral, é curto, e o do FEMA está ficando mais curto. Então acho que é importante a gente pensar... não sei se a próxima reunião, ou a primeira reunião do ano, pensar uma reunião de planejamento mesmo, dos recursos, ao longo do ano. Seria interessante até na linha do que a Cristina sempre coloca, de a gente ter a fiscalização, ter o acompanhamento do que está sendo aprovado, como está sendo executado, enfim, acho que seria uma pauta interessante aí para as próximas reuniões.



Secretário Wanderley: Viu, Pedro, só para ficar aí no nosso radar, outra questão importante. Há pouco, o Cruz fez uma observação para mim. O Cruz, o Secretário de Finanças, é que houve uma queda muito grande na arrecadação no FEMA, sobretudo por conta das multas. Então, só que a nossa linha de corte mínima, de fiscais, é de 180. Nós estamos com 25. Então são essas... Acho que não é só planejamento, também. Mas esse entendimento, para que a... Não estou puxando sardinha, não é nada disso. Não é isso. Não, mas não é puxar sardinha. Porque beira a hipocrisia, falar que eu tenho 25. Eu finjo que fiscalizo, então. Vamos combinar. A verdade é essa. E aí, como é que eu consigo? Se eu já não tenho condições no orçamento, se ele está caindo, e um dos itens é multa. Eu tenho 25, como é que resolve isso? Então o que é prioritário na fiscalização, nessa coisa mais abrangente, do governo? Então vamos estabelecer também, prioridades de fiscalização. E aí, abrir frente. Como fazer isso? Concurso? Ou vamos criar outro mecanismo de contratação? Eu defendo... Vou voltar a dizer. Eu defendo que a Guarda Civil Metropolitana tem que fiscalizar. Já está aí. Eles já estão na rua. É só dar uma caneta para eles, e um caderninho. Capacitá-los e pronto. Então eu não vejo muito esse medo: ah, política, ah, porque o fiscal vai reclamar. Como (incompreensível) reclamar... 25 vai reclamar de quê... Então eu acho que a gente perdeu a oportunidade, inclusive, nessa superintendência ambiental. Eu falei por duas ocasiões na reunião, e não sei porque não encaminhou. O estado sempre fez isso. A Guarda Militar faz isso. Por que a gente não pode fazer? Eu acho que isso era uma solução rápida. Não precisa concurso. Eles estão na rua, já. É só dar o caderninho. E capacitar. Capacitação rápida. Para o projeto do Simão Pedro, que era um projeto importantíssimo para a cidade de São Paulo, que era o lixo zero. Lixo zero, só para ter um nome aí, fantasia, mas a proposta era esta: também não conseguiu efetivar. Porque ele contava com a minha fiscalização. O Simão. Então, de novo, a transversalidade. É aí que eu falei na mesa, que todo mundo ficou... Mas é isso mesmo? É isso mesmo. Você não vai ter o seu projeto, Simão, se você está contando com a minha fiscalização. Você não terá. Não porque eu não queira. Eu não posso. E daí surgiu a proposta de fazer pela GCM. Mas eu espero a gente retomar essa discussão, rápido. Acho que dá para fazer isso. O Porto, ele é favorável. A Guarda Civil é favorável. Eu acho que é uma questão só de legislação. Não sei se é o caso de decreto, criar um PL, mas enfim... Mas é mais rápido do que concurso.

Cons. Cristina Antunes: Secretário, eu era adolescente, e houve uma época em que foram capacitados aposentados para fazer fiscalização de trânsito. É questão de criatividade. A sociedade civil, a gente está aqui no nosso horário de trabalho. Mas tem realmente, um potencial enorme de pessoas que poderiam ajudar a multiplicar essa fiscalização. Assim como a GCM precisa de uma capacitação, esses daí também precisariam. Mas é o envolvimento da sociedade civil, que não tem instrumentos para fazer isso. Se eu levo uma fotografia de uma árvore mutilada para a prefeitura, não tem nenhuma validade. Eu não tenho fé pública para isso.

Secretário Wanderley: Entendi. O exemplo disso é a criação da zeladoria de parque. Que a gente acabou de replantar de novo. É isso.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, eu não tenho mais nenhuma sugestão a incluir na proposta de diretrizes.

Secretário Wanderley: Rubens, você já incluiu o apoio também, do combate às enchentes?

Secretário Executivo Rubens Borges: Apoio de combate a enchentes, e revitalização das áreas degradadas e contaminadas, sob responsabilidade da SVMA. Então, mais nenhuma



contribuição? Bom, então essa proposta vai ser levada na primeira reunião do CADES, juntamente com o relatório de atividades anuais do CONFEMA. O relatório anual de atividades, ele vai ser concluído agora, porque precisava ter a última reunião para poder concluir todas as atividades. No dia 30 de janeiro, a gente traz o relatório para aprovação por este Conselho, para depois apresentar no CADES. Juntamente com a apresentação, ao CADES, do relatório, a gente apresenta a proposta de diretrizes anuais. Bom, encerramos então a nossa pauta. Passo a palavra para o Secretário, para o encerramento da reunião.

Secretário Wanderley: Que bom. A reunião, hoje, foi pragmática. Por isso que eu vou ser pragmático também, ao final. Agradecer a todos, mais uma vez, a última reunião do ano. Pela vontade de vocês aqui. Nós apresentamos projetos aqui, importantíssimos para a cidade. Eu espero que o ano que vem a gente continue nessa linha, avançando cada vez mais. Procurando soluções. E ampliando cada vez mais esses fóruns. Acho que quanto mais, melhor. Eu já participo do CADES, tenho o Comitê de Mudanças Climáticas, nós temos tido, também, conversas muito... debates muito interessantes. Acalorados, mas interessantes. Apontando sempre para a solução. Eu acho que nós poderíamos, Cristina, depois, estar criando um mecanismo aí, mais permanente de discussão com o terceiro setor. E eu aceito sugestões para isso. Então Feliz Natal para todos. Boa passagem de ano. E que a gente volte cada vez mais forte e revigorado aí, para o ano que vem. Que acho que a luta vai continuar. Os desafios, com certeza, vão aumentar. Mas eu tenho certeza que nós vamos dar conta das soluções aqui. Meu muito obrigado a todos.

Wanderley Meira do Nascimento

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA

Conselheiros Presentes:

Alessandro Luiz de Oliveira Azzoni
Humberto Massahiro Hideshima
Maria Cristina Almeida Antunes
Pedro de Lima Marin
Sandra Glória Teixeira
Sonia Império Hamburguer
Vinicius dos Santos Pereira Reis